



Documentos de Trabalho
Working Paper Series

*“O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema
a pretexto da situação e evolução do fenómeno em
Portugal”*

J. Cadima Ribeiro

Maria Marlene de Freitas

Raquel Bernardette Mendes

NIPE WP 1 / 2001

O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal

J. Cadima Ribeiro

Maria Marlene de Freitas

Raquel Bernardette Mendes

Escola de Economia e Gestão

Universidade do Minho

Braga

jcadima@eeg.uminho.pt

RESUMO

Lançado experimentalmente em Portugal no final da década de setenta, o Turismo no Espaço Rural fez, desde então, um percurso bastante dinâmico, atravessado por algumas hesitações e dificuldades. Como instrumento de desenvolvimento regional, conforme foi tomado amiúde pelas entidades públicas, a controvérsia sobre o seu impacte subsiste.

No presente trabalho, ensaia-se um reflexão sobre o tema, ao jeito de balanço do que foi realizado. Como expressão concreta da trajectória percorrida, retém-se o caso do Concelho de Braga.

Na síntese da reflexão mantida, conclui-se que o produto turístico Turismo no Espaço Rural possui efectivas qualidades para apoiar dinâmicas de desenvolvimento a nível regional. Cumpre, no entanto, que não seja tomado como panaceia que tudo pode solucionar.

Introdução

O turismo é, em Portugal, como em vários outros países da Europa do Sul, e não só, uma das actividades mais importantes na geração de emprego e de rendimento. No contexto da crise do mundo rural, não surpreenderá, assim, que o turismo se tenha oferecido ao decisor público e aos actores sociais como um instrumento privilegiado de criação de oportunidades económicas e de reanimação do espaço rural.

No presente trabalho, ensaia-se uma reflexão sobre o tema, ao jeito de balanço do percurso realizado em Portugal desde os finais da década de setenta. Como particularização dessa trajectória retém-se o caso do Concelho de Braga. Antes, porém, o quadro conceptual é enunciado de modo sumário, e o retrato do turismo no espaço rural é feito, nas vertentes oferta e procura.

1. O quadro conceptual de referência

A origem da expressão turista parece estar na palavra francesa “tour” e terá aparecido para exprimir a ideia de “viagem por prazer”. Era efectivamente este o contexto em que se desenvolviam as viagens por lugares históricos e culturais da Europa realizadas por membros da aristocracia e burguesia endinheirada nos séculos XVIII (a partir de meados do século) e XIX.

Na sua acepção moderna, o termo turista refere-se às pessoas que se deslocam para fora da sua residência habitual e aí permanecem durante um certo tempo (supostamente, um período não inferior a 24 horas) com propósito distinto do exercício de uma actividade remunerada. Esta é, grosso modo, a definição proposta pela Organização Mundial do Turismo (cf. Cunha, 1997, p. 6). A ênfase sobre o período de permanência e a motivação pretende destriçar, por um lado, turista de excursionista (aqueles que realizam visitas muito breves a esses mesmos lugares) e, por outro lado, turista de emigrante, empresário ou agente de negócios

O Instituto Nacional de Estatística (INE), considera ainda o visitante, como sendo “o indivíduo que se desloca a um lugar diferente da sua residência habitual, por

uma duração inferior a 365 dias, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma actividade remunerada no lugar visitado” (INE, 1995).

A primeira definição de turismo foi estabelecida por Hunziker e Krapf, em 1942, segundo os quais este “é o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que tais deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma actividade lucrativa principal, permanente ou temporária” (c.f. Cunha, 1997, p.8). O conceito entretanto tem implícitas implicações diversas em matéria de uso ou disfrute de bens e serviços por parte do turista, especialmente no local de visita. Daí que o turismo seja, contemporaneamente, pensado antes de tudo enquanto actividade económica; um actividade económica que vive de uma complexidade de dependências e articulações com ramos económicos tão diversos quanto o são transportes e seguros, hotéis, restauração e agricultura, lazer e cultura. Isto é, conforme o considera Vitor Santos (1998, p. 4), o turismo é um produto compósito, resultado de “uma cadeia multisectorial complexa e interactiva de actividades em que cada participante contribui com uma pequena parcela do produto final”.

A heterogenidade do produto turístico cria uma diversificação de segmentos de mercado. A cada segmento de mercado pode corresponder um ou mais produtos, dependendo da combinação das diversas componentes que caracteriza cada um desses produtos.

2. O produto turístico T.E.R.

Perante estruturas pouco diversificadas e onde escasseiam as oportunidades económicas, o turismo pode oferecer-se como um importante factor de desenvolvimento. Assim é na medida em que for capaz de valorizar o potencial endógeno dos territórios, expresso em património, ambiente e cultura, e, daí, introduzir os estímulos e a racionalização das estruturas produtivas indutoras do desenvolvimento económico.

Esta realidade marcada por arcaísmos estruturais e atrasos de desenvolvimento é algo bem presente em muitos espaços rurais, daí que se tenha sugerido a actores sociais e entidades públicas a ideia de fazer do turismo o motor da dinamização desses espaços,

fazendo da articulação da tradição, da ruralidade e do património existente os elementos distintivos de um produto turístico comumente designado Turismo no Espaço Rural (T.E.R.)

Não existe uma aceção única de T.E.R.. “O Guia Oficial” da Direcção Geral do Turismo (1998, p.3) considera que o “turismo rural consiste no conjunto de actividades e serviços realizados e prestados, mediante remuneração, em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. Lício Cunha, por sua vez (1997, p. 167), prefere dirigir a ênfase para a “utilização dos factores naturais, culturais e sociais que são próprios destas zonas” (rurais) e para a escala (pequena) da exploração, a preservação dos valores e a “recusa do carácter urbano das construções ou equipamentos” que são postos ao dispor da actividade turística.

A definição avançada pela Comissão Europeia, por seu turno, entende relevar, de idêntico modo, a dimensão da unidade de exploração, associada à ideia do tratamento personalizado do utente, a manutenção da autenticidade do meio (rural) físico e humano, e a participação do visitante nas actividades, costumes e modos de vida dos habitantes” (c.f. Vassilaras, 1990, p.4)

Em Portugal, o Turismo no Espaço Rural emergiu nos finais dos anos 70 (1978), de forma experimental, em Ponte de Lima, Vila Viçosa, Castelo de Vide e Vouzela. Chamou-se então “turismo de habitação” e foi concebida pela entidade pública como forma de tirar partido da riqueza arquitectónica, histórica e paisagística de algumas regiões. Daí a escolha dos casos piloto antes enumerados.

A dinâmica posterior da oferta, ditada pela recuperação de casas senhoriais, em muito casos parcialmente suportada por fundos públicos, levou à evolução, mais tarde (1986) para o conceito legal de Turismo no Espaço Rural, que abarcava as seguintes três figuras: Turismo de Habitação; Turismo Rural e Agro-Turismo (c.f. D.L. 256/86). Em 1989 surge uma nova modalidade, o “Hotel Rural”, e bastante mais recentemente (em 1997) aparece o “Turismo de Aldeia” e as Casas de Campo” (D.L. 169/97).

Como contributo para a clarificação da natureza do produto turístico em apreço, o Decreto-Lei ultimamente mencionado indica que “integram-se ainda no turismo no

espaço rural as actividades ou diversão que se destinem à ocupação dos tempos livres dos turistas e contribuam para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões, designadamente o seu património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais, e sejam declaradas de interesse turístico” (DL. 169/97, artº 4). A dificuldade que nos sugere a definição é que, pela ambição de abrangência, corre o risco de roubar a singularidade que esteve na origem do produto T.E.R..

3. Os números do T.E.R. em Portugal

Antes de avançarmos na análise da evolução do turismo no espaço rural em Portugal, cumpre referir que só existem dados estatísticos comparáveis desde o ano de 1989, ocasião em que se procedeu à reclassificação das unidades turísticas. Acresce que, em expressão da contingência ditada pela evolução das nomenclaturas oficiais, a análise retém só as unidades de Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agro-Turismo. A leitura de resultados tomará por referência o ano de 1998 e os dados estatísticos usados são os disponibilizados pelas Divisão de Recolha de Informação e Estatísticas da Direcção Geral do Turismo (DGT) e pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

3.1. A oferta

Na linha do que se considera no “Livro Branco do Turismo” (DGT, 1991), a oferta turística engloba aquilo que “o local de destino tem para oferecer aos seus utentes actuais e potenciais, sendo representada por bens, serviços e atracções” que determinarão a preferência do visitante. Ou, se se quiser, é “constituída por todos os elementos que contribuem para a satisfação das necessidades de ordem psicológica, física e cultural que se encontram na origem das motivações dos turistas” (DGT, 1991, p. 67).

O quadro que se apresenta de seguida (quadro nº 1) retrata a situação e evolução do sector, entre 1989 e 1998, expressa em número de estabelecimentos, organizados pelas modalidades antes explícitadas (Turismo de Habitação, Turismo Rural e Agro-Turismo).

Quadro nº 1. Número de estabelecimentos entre 1989 e 1998

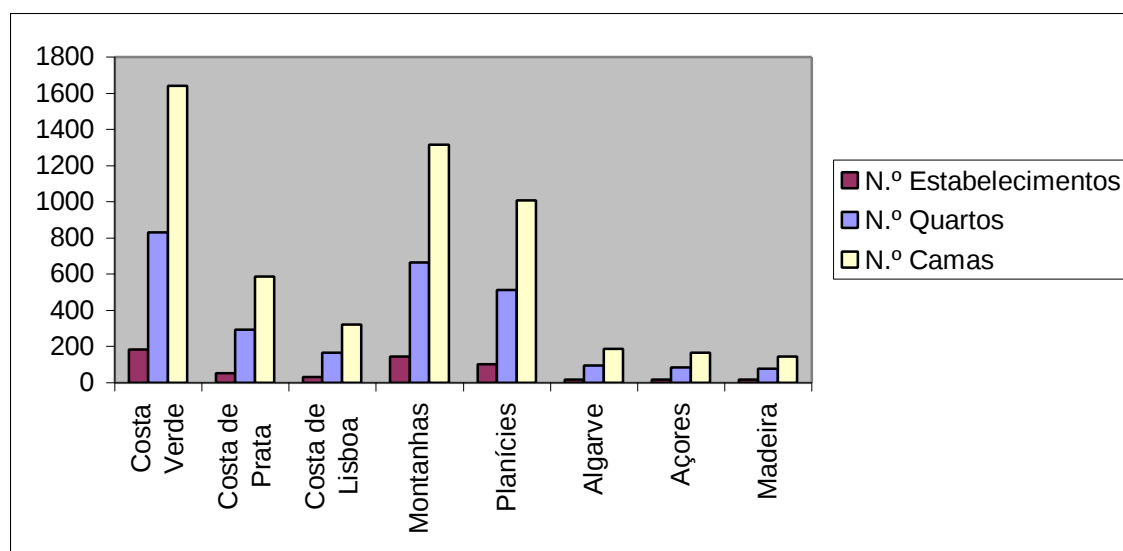
Modalidades	1989	1992	1994	1996	1998
TH	107	147	167	181	213
TR	72	157	187	214	248
AT	15	49	75	98	108
Total	194	353	429	493	569

Fonte: D.G.T.

Do que os números permitem evidenciar, sublinhe-se i) o crescimento acentuado do número de unidades, no seu todo, ii) o ponto de partida diferenciado das distintas modalidades, fruto do arranque pioneiro no final dos anos 70 da modalidade Turismo de Habitação (TH) e iii) o desenvolvimento acelerado no período em referência das modalidades Turismo Rural (TR) e Agro-Turismo (AT). Essa evolução é especialmente imprecionante no primeiro período, isto é, entre 1989 e 1982.

Na sua expressão desagregada por regiões turísticas, o quadro de situação em 1998 é o que se oferece na Figura nº 1.

Figura nº 1: N.º de Estabelecimentos de TER por modalidades e por regiões turísticas (1998)



Da figura em consideração, retenha-se a expressão dominante em termos de TER da Costa Verde, das Montanhas e das Planícies, especialmente da primeira região

turística mencionada, a dar expressão de atributos culturais, arquitectónicos e paisagísticos únicos, e também do lugar pioneiro que tomou na exploração deste mercado turístico. Este destaque é mais notório pelo paralelo que a figura documenta de pouca expressividade de regiões turísticas de tanta tradição quanto o são a Costa de Lisboa, o Algarve e a Madeira; tradição, todavia, afirmada em segmentos de mercado alternativos.

3.2. A procura

O Quadro nº 2, que se apresenta de seguida, sintetiza a informação disponível sobre a procura de T.E.R. no período que medeia entre 1992 e 1998, para o total do país e por regiões turísticas.

Quadro nº 2. Dormidas no TER de 1989 a 1998 (em Milhares)

Regiões	1992	1994	1996	1998	Var % - 92/98
Costa Verde	21880	26778	41188	51336	134,6
Costa de Prata	11457	18308	16925	21746	90,0
Costa de Lisboa	8218	5229	10056	11971	45,7
Montanhas	14093	22057	36046	35889	154,7
Planícies	24371	17601	28475	27995	14,9
Algarve	6153	17601	9950	11877	93,0
Açores	240	7812	0	335	*
Madeira	0	0	0	1271	*
Total	86412	97785	142640	162420	86,6**

Fonte: D.G.T.

* Dados não comparáveis.

** Excluídas as dormidas dos Açores e Madeira

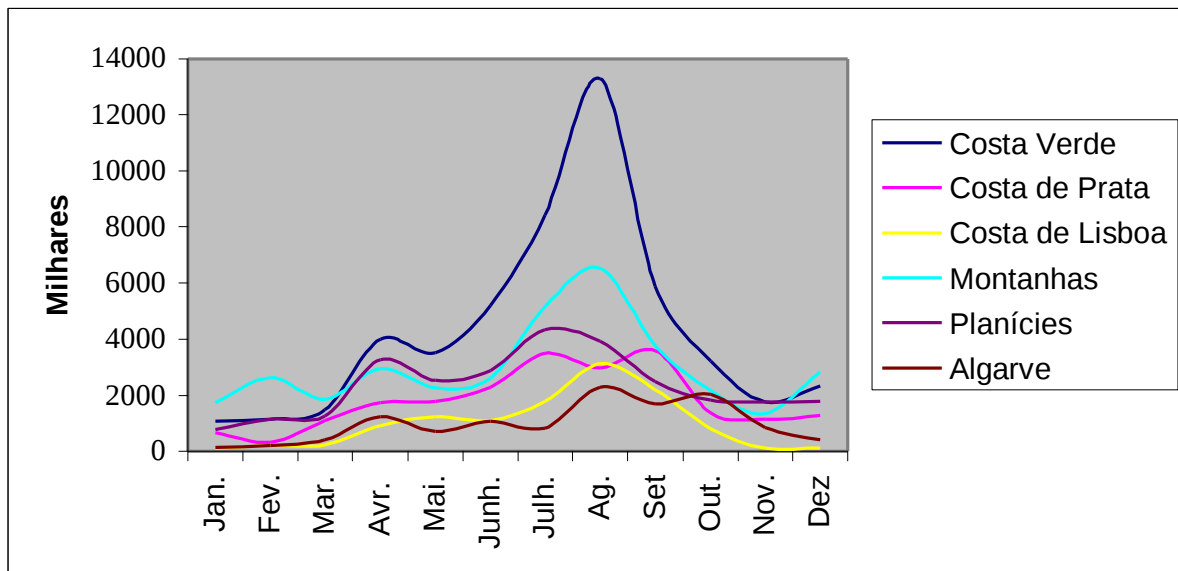
Numa breve análise dos dados, nota-se de imediato que as ilhas não constituem um mercado turístico importante deste produto. Sobressai, também, o crescimento genérico da procura, com especial destaque para as Montanhas (que registam um acréscimo de dormidas de 154,7%) e para a Costa Verde (que acolheu um adicional de

dormidas entre os 2 períodos extremos em análise de 134,6%). Adicionalmente, reparar-se-á que os números da Costa Verde são os que denunciam uma evolução mais consistente, isto é, sem oscilações cíclicas.

Uma outra faceta do fenómeno a merecer consideração prende-se com a sazonalidade da procura que enfrentam as unidades turísticas do T.E.R., sabido que o turismo é, por excelência, um sector com um mercado dominado por grandes oscilações, no curso das estações do ano.

A informação sobre esta vertente reportada a 1998, é disso bem expressivo (Figura nº 2), com picos acentuados no período de Verão (Junho a Setembro), mais notórios ainda exactamente para as regiões turísticas dominantes (particularmente a Costa Verde). O pico das dormidas atinge-se em Agosto, oferecendo-se também saliente a emergência de pequenos picos por ocasião da Páscoa e do Natal.

**Figura nº 2 - Dormidas no Total das Unidades de TER por regiões turísticas
(Mensal, 1998)**



Naturalmente que as condições climatéricas são um elemento fundamental subjacente às oscilações da procura que se registam. Outro elemento importante, a articular com o primeiro, são os hábitos e tradições dos utentes em matéria de gozo de férias e procura de descanso e lazer. Estes aspectos são tanto mais relevantes para a compreensão da realidade vivida pelo sector quanto a procura por parte dos nacionais tem vindo a tomar maior expressão na ocupação das unidades de turismo no espaço rural.

4. Um estudo de caso: o Concelho de Braga

Em termos de área turística, o concelho de Braga integra-se na Costa Verde. Apesar da dominante urbana que o caracteriza, o concelho de Braga mantém uma periferia com expressão rural ainda marcada, nomeadamente na sua faceta paisagística.

É tendo por pano esse fundo o quadro genérico que foi desenvolvido este estudo de caso, sobre as realidades e a dinâmica do fenómeno T.E.R. no espaço territorial em epigrafe. A informação, numa parte recolhida através de inquérito directo, visou o universo das unidades instaladas sob o "rótulo" de turismo no espaço rural.

Em termos prévios, importa, em todo o caso, que se diga que a oferta de Braga se restringe à modalidade Turismo de Habitação. Adicionalmente, anote-se que uma das unidades (denominada "Castelo do Bom Jesus", não se mostrou disponível para responder ao questionário implementado, daí que os dados que se lhe referem tenham sido coligidos unicamente a partir das fontes estatísticas oficiais.

O quadro que se segue (Quadro nº 3) identifica as "casas" existentes e situa-as por referência à distância ao centro urbano. Daí se pode concluir, de uma parte, que estas unidades turísticas estão presentes apenas em três das cinquenta e duas freguesias do concelho e, doutra parte, que, com excepção de um caso, se localizam na vizinhança do próprio centro urbano. Isto é, a Casa de Lages é a única das quatro referenciadas que tem inserção nítida no espaço rural. Merecerá menção também a circunstância de duas das unidades beneficiarem da proximidade do chamado "Santuário do Bom Jesus".

Quadro nº 3 - Localização das Casas de Turismo de Habitação

Casas de TH	Distância à sede do concelho	Freguesia
Casa da Pedra Cavalgada	2 Km	Palmeira
Casa de Lages	11 Km	Pousada
Casa dos Lagos	5 Km	Tenões
Castelo do Bom Jesus	5,5 Km	Tenões

Fonte: Recolha própria

Trata-se de casas de elevado valor histórico e arquitectónico, que sofreram alterações ligeiras face à sua traça original oitocentista. Todas elas foram restauradas no seu interior para oferecer aos turistas as comodidades exigidas para a afirmação da vocação turística, tendo os proprietários declarado que adquiriram mobiliário e peças decorativas para embelezar os interiores das suas casas de forma a torná-las aprazíveis.

Do ponto de vista das características das unidades e evolução da propriedade, o quadro nº 4 sintetiza alguns elementos adicionais relevantes.

Quadro nº 4 - Breve caracterização das Casas de TER do concelho de Braga

Casas de TH	Área Total da Propriedade	Séc. de Construção	Gerações na Família	Antes de ser T.E.R.
Casa da Pedra Cavalgada	6000m2	XVIII	Desde sempre	Anexo
Casa de Lages	*Nr	XVIII	Desde Sempre	Habitação
Casa dos Lagos	*Nr	XVIII	Adquirida	Habitação
Castelo do Bom Jesus	10Ha	XVIII	*Nr	*Nr

*Nr - Não respondeu

Fonte: Recolha própria

Se bem que em dois casos os inquiridos não tenham sabido precisar as áreas totais das suas propriedades, pela observação no local pode concluir-se que se se tratava de pequenas áreas. Nem sempre assim terá sido, já que, no passado, as casas constituíram

a cabeça de grandes explorações agrícolas e pecuárias que, com o tempo, se foram fragmentando.

Na actualidade, em nenhum dos casos são exercidas actividades agrícolas ou pecuárias complementares da actividade turística. Daí que os terrenos circundantes tenham dado lugar a espaços ajardinados e de equipamentos de diversão.

No caso da Casa da Pedra Cavalgada, complementarmente ao alojamento T.E.R., foi instalado um restaurante com serviço de gastronomia minhota, que serve, para além dos turistas que a unidade aloja, o público em geral. O restaurante, que tem a mesma designação da unidade turística, constitui, assim, igualmente um complemento (apreciável) de rendimento.

As unidades referenciadas surgiram na década de oitenta, a primeira das quais (a Casa dos Lagos) em 1984.

O pioneirismo da Casa dos Lagos não será alheio ao facto da sua proprietária conhecer pessoalmente uma das impulsionadoras do Turismo de Habitação em Portugal.

Em nenhum dos casos houve recurso a apoios financeiros públicos para as benfeitorias efectuadas, tendo sido privilegiado o emprego de capitais próprios.

O inquérito conduzido permitiu, igualmente concluir que a exploração das unidades turísticas é conduzida pelas mulheres dos proprietários que, num ou noutro caso, têm já idade avançada: a média de idades identificada situa-se nos 65 anos. A actividade turística permite, assim, um acréscimo de rendimento à família, para além de ocupar tempos que, doutra forma, seriam tempos livres.

Avançando algo mais no perfil dos proprietários das unidades referenciadas, note-se que são, no geral, detentores de formação académica de nível superior. Com a excepção de um caso, e conforme se anotava do quadro nº 4, as casas passaram de geração em geração para os actuais detentores. Todos têm nacionalidade portuguesa e são naturais do concelho de Braga e, mesmo, salvaguardada uma única excepção, da própria freguesia onde está instalada a unidade T.E.R..

Do ponto de vista das características das unidades, o quadro nº 5 fornece-se-nos um retrato resumido.

Quadro nº 5 - Salas à disposição dos turistas

Salas Disponíveis	Castelo do Bom Jesus	Casa de Lages	Casa dos Lagos	Casa da Pedra Cavalgada
Sala de refeições	X*	X*	X*	X**
Sala de estar privativa	X	X	X	X
Sala de estar comum	X	X	X	X
Sala de leitura	X	X	X	X
Bar	X	X	X	X
Sala de jogos/bilhar	X	X	-	-

* Serve refeições mediante solicitação do cliente

** Dispõe de restaurante

Fonte: Recolha própria

Daí se pode concluir que, com excepção de uma que possui desde período recente um restaurante, as casas só servem refeições aos seus clientes quando expressamente solicitadas. As razões aduzidas para que assim seja são as da disponibilidade nas imediações desse tipo de serviço, com qualidade, e, adicionalmente, a circunstância da estadia efectiva nas unidades ser curta, já que os turistas as usam, sobretudo, como ponto de apoio para a exploração do território envolvente. O Castelo do Bom Jesus é a única unidade que dispõe de uma ampla variedade de equipamentos de diversão, que vai do ginásio à sauna, da natação à equitação e ao ténis.

Considerando agora o recrutamento de pessoal de apoio, os dados recolhidos evidenciam o seguinte:

- i) a mão-de-obra contratada é maioritariamente feminina - só no caso da Casa da Pedra Cavalgada tal não acontece (por ventura, em razão da exploração de um restaurante);
- ii) predomina o recurso a empregados com baixo nível de instrução - quase exclusivamente habilitações a nível do ensino básico (primário);

- iii) contrariamente ao que é comum na generalidade do sector turístico, os assalariados existentes trabalham todo o ano (nesta vertente, não consideramos o Castelo do Bom Jesus, por não termos tido acesso aos dados que lhe respeitam).
- iv) em três das quatro casas consideradas, os empregados não se dedicam exclusivamente à prestação de suporte à actividade turística;
- v) a idade dos assalariados varia entre os 40 e os 60 anos, com excepção de dois em onze que têm menos de 20 anos, que são, aliás, os detentores de habilitações a nível do secundário (tal como em iii, não são aqui considerados os dados referentes ao Castelo do Bom Jesus);

Em termos complementares, do levantamento feito às unidades TER a operar no concelho de Braga, retenha-se: a existência de picos de procura coincidentes com o Verão; a permanência dos turistas, em média, de dois a sete dias, sendo que os nacionais revelam preferência pelos fins de semana prolongados, pontes e feriados e festividades, diferindo nisso dos estrangeiros, que predominantemente se instalam durante a semana; a menor sazonalidade da procura por parte dos não-nacionais; a proveniência maioritária dos países do Sul da Europa (Espanha, Itália e França) dos turistas que demandam estas casas; a predominância dos grupos etários dos 41 a 65 anos e mais de 65 entre os utentes com origem estrangeira e uma maior procura dos nacionais situados na faixa etária dos 16 aos 40 anos, incluindo-se aqui a procura por parte de casais em lua-de-mel.

Como nota derradeira, refira-se, por um lado, a associação que os proprietários das unidades T.E.R. de Braga fazem entre as festas religiosas existentes e a procura que têm as suas casas e, por outro lado, a insatisfação que revelam pelo que se reporta à promoção da sua oferta, estendendo a sua crítica dos organismos oficiais (nacionais, regionais e locais) às associações de operadores T.E.R., PRIVETUR e TURIHAB.

5. Alguns elementos de reflexão

O aproveitamento turístico do espaço rural e, em particular, o desenvolvimento do produto a que temos vindo a reportar-nos gerou grande expectativa em muitas áreas em Portugal e foi seguido com grande curiosidade por académicos e outros agentes

preocupados com as questões do desenvolvimento, que, para ser desenvolvimento, tem que ser desenvolvimento regional.

Aliás, o turismo, na sua faceta mais tradicional, de sol e praia, marcou o desempenho económico nas três últimas décadas de regiões como o Algarve e a Madeira, e, em menor grau, Lisboa.

Aproveitando o potencial natural desses territórios, o sector confirmou-se como importante gerador de emprego e de rendimento, acabando, entretanto, por converter-se em mais uma causa da conformação fortemente assimétricas e litoralizada de desenvolvimento de Portugal.

Para constituir-se um instrumento de desenvolvimento dos territórios deixados esquecidos pelo modelo a que acabámos de reportar-nos, o turismo português precisaria de desconcentrar-se e diversificar-se, aproveitando o potencial das regiões e configurando produtos turísticos alternativos. Num certo sentido, era essa a ideia enformadora do ordenamento turístico do território lançado em 1986. No entanto, o "Plano Nacional de Turismo" que lhe dava forma foi rapidamente abandonado, tendo-se perdido a ênfase política de base regional que prosseguia. A inércia consequente se encarregou de retomar a senda desequilibrada e redutora do potencial de aproveitamento dos recursos presentes no território, subsistente à partida.

E, todavia, a beleza das paisagens, a riqueza arquitectónica de edifícios seculares, a exuberância da gastronomia e de muitas manifestações culturais são uma realidade incontrolável da identidade de múltiplas regiões portuguesas, como disso dá expressão o Minho e o Concelho de Braga, a que antes nos referimos no contexto do estudo de caso que foi conduzido. A limitar a exploração comercial dessa beleza, desses recursos, tem estado o excessivo investimento promocional feito no turismo de sol e praia e o correspondente défice de empenho noutros produtos, porventura menos massificados, mais exigentes em matéria de qualidade de serviços prestados, mas, seguramente portadores de progresso numa lógica de desenvolvimento mais sustentável e mais territorialmente equilibrado. Disso se queixa o T.E.R. e se lamentam quantos teimam em ver neste produto turístico um factor gerador de riqueza e de emprego.

À parte os recursos financeiros emprestados à promoção, faltará também (assim o entendem os interpretes mais imediato do processo - a isso nos reportámos em ocasião,

oportuna) a articulação de esforços entre os agentes envolvidos nas diferentes componentes de realização da oferta (administração e privados) para que se cumpra o objectivo de qualidade que o T.E.R. significa e de eficiência na exploração do mercado potencial, que ninguém dúvida que exista.

Nesse ensejo, cumpre, bem assim, assegurar a identidade do produto turístico TER, posta em causa quando, à força de lhe pretender alargar no curto prazo e os mercados naturais, se ensaia uma definição que o passa a identificar com toda e qualquer manifestação associada ao meio rural, como nos é sugerido pelo Decreto-Lei nº 169/97 (artigo 4º). Percebe-se nisso a ambição de alargar a estadia do turista e, daí, alargar oportunidades de emprego e impactes económicos sobre o tecido económico regional, no seu todo. Labora-se, todavia, na confusão entre mercado ou produto turístico e carteira de oferta turística, com todos os riscos da descaracterização de cada produto singular e de confusão sobre a permutabilidade das clientelas.

Manifestamente, é duvidoso que o utente da unidade T.E.R. seja exactamente o mesmo do turismo Ambiental ou Ecológico, do Turismo Religioso ou do Turismo de Festas e Romarias. Entretanto, é bem verdade que haverá quem procure cada uma dessas expressões turísticas, e elas somadas, acrescidas de outras eventuais, constituirão o potencial turístico das regiões.

Por outro lado, na ânsia de congregar factores de desenvolvimento regional e local, amiúde, põe-se esperança excessiva na capacidade criadora de emprego e rendimento da actividade turística associada ao T.E.R.. Diríamos a propósito que, se os resultados serão magros numa e noutra dessas vertentes, são mais minguados sobretudo em razão do excesso de expectativas que nisso foi posto.

O espaço rural foi tradicionalmente um universo de actividades, em que cada uma fornecia uma parte dos recursos que sustentavam as comunidades instaladas. Remonta à revolução industrial e à urbanização progressiva subsequente a perda de diversidade funcional do campo. Não se queira, portanto, atacar os males de que padece, e que têm conduzido ao seu empobrecimento e esvaziamento humano, com a receita Turismo no Espaço Rural. Obviamente, o T.E.R. pode ser um contributo de relevo, e de tanto maior relevo quantos as políticas para o promoverem sejam consequentes, mas dificilmente será solução única. A própria expressão escassa e localizada dos recursos

que lhe dão sustentáculo lhe inviabiliza essa ambição. E é também em razão dessa afirmação localizada e particular que não faz sentido pensar que será resposta para toda e qualquer parcela do território nacional. Isto é, à semelhança do que sucede com o turismo de sol e praia, o T.E.R. terá (tem) a expressão concentrada territorialmente que lhe ditam a dotação dos recursos singulares das regiões. Isso mesmo nos é posto em evidência pela expressão actual da manifestação geográfica do produto no espaço nacional e, seguramente, nalguma medida, pelo que o exemplo de Braga nos aporta.

Conclusão

Em síntese, o turismo no espaço rural possui efectivas qualidades para apoiar dinâmicas de desenvolvimento a nível regional, isto é, pode ser um instrumento útil de gestão de alternativas para as economias locais/regionais, ao valorizar recursos endógenos e ao potenciar o recuperar de plurifuncionalidade destes territórios.

Para o efeito, cumpre, no entanto, que não se tome este recurso como uma panaceia que tudo permite ultrapassar, mesmo o esquecimento de décadas e o continuado empobrecimento do seu capital humano. Doutra forma, corre-se o risco de definitiva delapidação do potencial ambiental, de património e cultura existente ou de suscitar frustração entre os actores próximos do processo de mobilização dos ditos recursos. Nalguma medida isso acabou por acontecer em Portugal, pese embora não seja legítimo afirmar que o T.E.R. não esteja já a dar os seus "frutos". Tal não significa dizer que o seu desenvolvimento potencial não esteja aquém do possível. Está-lo-á, seguramente, já porque subsiste a ausência de um plano e de uma política consequente de ordenamento do sector turístico, já porque não existe um organismo a nível nacional que coordene reservas, promoção e controlo de qualidade do produto, já porque, enfim, subsiste a lacuna de uma concepção integrada de aproveitamento e gestão do desenvolvimento das regiões e do país, como um todo.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO MINHO, 1997, *Minho-Portugal: Terra de Oportunidades*, Ed. AIMinho, Braga.
- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO MINHO, 1999. "Destinos: Castelo do Bom Jesus", *Futuro-Revista da AIMinho*, Ano IV, nº 9/10, Braga.
- BAPTISTA Mário, 1990, *O Turismo na Economia - uma abordagem técnica, economia, social e cultural*, Edições INFT, Lisboa.
- CARNEIRO António *et al.*, 1999, "Turismo: articulação intersectorial", *Correio do Turismo*, Edição Especial, Lisboa.
- COMISSÃO EUROPEIA, 1998, *Turismo Europeu - novas parcerias para o emprego*, Conclusões e Recomendações do Grupo de Alto Nível sobre o Turismo e Emprego, DGXXIII, Bruxelas.
- COVAS António, 1997, *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural*, Coleção Estudos e Análise, Edição D.G.D. Rural, Lisboa.
- CUNHA Licínio, 1994, "A importância do Turismo na Economia Nacional", *Cadernos de Economia*, nº 29, Lisboa.
- CUNHA Licínio, 1997, *Economia e Política do Turismo*, Ed. McGraw Hill, Alfragide.
- DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO, 1996, *Movimento nas Unidades do Turismo no Espaço Rural*, DGI, Gabinete de Estudos e Planeamento, Divisão de Inquéritos e Estatística, Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO, 1997, *O Turismo no Espaço Rural em 1997*, DGT, Gabinete de Estudos e Planeamento, Divisão de Inquéritos e Estatísticas, Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO, 1998, *O Turismo no Espaço Rural em 1998*, DGT, Gabinete de Estudos e Planeamento, Divisão de Inquéritos e Estatísticas, Lisboa.
- DIRECÇÃO GERAL DE TURISMO, 1998, *Turismo em Espaço Rural-Guia Oficial*, DGT, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL, 1997, *Desenvolvimento Rural: Novas realidades e perspectivas*, Coleções Estudos e Análise, Ed. D.G.D. Rural, Lisboa.
- DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO, 1998, "Linhas Orientadoras para a Política de Turismo em Portugal", *Correio do Turismo* (Separata), nº 2, Lisboa.
- ICEP (Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal), 1998, *Turismo no Espaço Rural*, Lisboa.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas), 1995, *Estatísticas do Turismo*, INE, Lisboa.
- KRIPPENDORF Jost, 1989, *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 1997, "Decreto-Lei nº 169/97", *Diário da República*, I Série-A, nº 152, de 4 de Janeiro, Lisboa.
- MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E DO TURISMO, 1978, "Decreto Regulamentar nº 14/78", *Diário da República*, I Série, nº 109, Suplemento de 12 de Maio, Lisboa.

- MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E DO TURISMO, 1987, "Decreto Regulamentar nº 5/87, *Diário da República*, I Série-B, nº 11, de 14 de Janeiro, Lisboa.
- MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO, 1991, *Livro Branco do Turismo*, Ed. DGT, Lisboa.
- RIBEIRO J. Cadima, 1991, *Turismo no Espaço Rural: um apontamento introdutório*, Documento de Trabalho, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.
- ROBALO Fernanda *et al.*, 1997, "Turismo no Espaço Rural; referência ao caso da Póvo de Lanhoso", *Cadernos de Estudos Municipais*, nº 7, Junho 97, Arquivo Distrital de Braga, Universidade do Minho, Braga.
- ROBALO Fernanda, 1998, *Turismo no Espaço Rural: impacto sócio-económico no desenvolvimento local e regional*, Dissertação de Mestrado em Estudos Económicos e Sociais, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga.
- SANTOS Vitor, 1998, "Introdução", *Cadernos de Economia & Prospectiva*, nº 4, vol. I, Ed. Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, Ministério da Economia, Lisboa, 1990.
- VASSILARAS Nikolas, 1990, *Turismo e Desenvolvimento Regional*, Comité Económico e Social, Comunidades Europeias, Bruxelas.